

EaD e Inclusão Social: Desafios e Possibilidades no Cenário Brasileiro

Fabiana Santos da Silva

UNIAMÉRICA – Faculdade União das Américas
Pós-Graduação: Educação com Ênfase em Docência no Ensino Superior
Rua Tarquínio Joslin dos Santos, 1000. Pólo Universitário
CEP 85870-901 Foz do Iguaçu, PR

fabianaunioeste@gmail.com

***Resumo.** O aumento no número de vagas e matrículas nas instituições de ensino superior no Brasil tem gerado expectativas positivas quanto à melhoria dos índices educacionais, em especial na modalidade a distância. Paralelamente, o acompanhamento dos indicadores sociais motiva discursos em torno de estratégias de inclusão social. Em torno desses dois eixos, o presente estudo visa contribuir para o debate em torno da possível relação dessa modalidade de ensino com políticas de inclusão social. Palavras-chave: Educação a Distância; Inclusão Social.*

Introdução

O acelerado desenvolvimento da educação a distância tem gerado expectativas positivas, notadamente no que se refere ao seu retorno social. Espera-se muitas vezes que a educação seja a solução para os mais variados problemas da sociedade, tais como a pobreza, baixos salários, desemprego, fome e marginalidade. Na medida em que é confundida com uma panacéia, exige-se uma postura realista diante do genuíno papel da educação na sociedade.

A educação a distância, ou simplesmente EaD, é uma modalidade de ensino, cujo crescimento na última década sugere uma ampla discussão em termos de planejamento pedagógico, propostas curriculares, metodologia de ensino, regulamentação, avaliação dos cursos e possibilidade de aplicações. Com frequência, essa expansão tem a frente a bandeira da democratização do ensino e o discurso do caminho mais rápido para elevar o Brasil ao patamar das economias mais desenvolvidas do mundo. O resultado tem sido a abertura sem precedentes de cursos de formação universitária e pós-graduações a distância em todo o território nacional. Embora as opiniões se dividam, é certo que a EaD é uma tendência mundial que representa a quebra de paradigmas educacionais em torno do entendimento tradicional de escola, ensino e aprendizagem.

Ressalta-se, porém, a existência de outras questões de pauta igualmente importantes para o país, entre elas, a controversa discussão da inclusão social. Nota-se um movimento expressivo no sentido de quebrar as barreiras que privam o indivíduo dos benefícios da vida em sociedade. Barreiras essas impostas por fatores como idade,

deficiência física, classe social, raça e, de maneira especial no âmbito deste estudo, a própria educação.

Diante desses dois objetos de estudo, a problemática dessa pesquisa é a relação entre EaD e inclusão social. Parte-se da hipótese que essa modalidade pode colaborar em iniciativas inclusivas, entretanto não tem a força necessária para alavancar um projeto dessa magnitude.

O objetivo geral é estudar os limites e as possibilidades de se trabalhar essa modalidade de ensino enquanto meio de inclusão social no Brasil. Os objetivos específicos estão voltados para o tratamento teórico dos termos em questão; análise de indicadores sociais e educacionais; e, apontamento dos fatores que limitam e favorecem o retorno social da Educação a Distância. Ora questionando as aspirações depositadas em seu crescimento, ora sugerindo aprimoramentos no âmbito dessa nova realidade, a relevância do problema proposto se revela diante da necessidade de se conhecer esse fenômeno marcante na história da educação brasileira.

Em termos de metodologia, este trabalho tem como fontes a legislação educacional, dados estatísticos de órgãos do governo federal e considerações, sobretudo, de Rummert (2006) e Niskier (2000). Pela confiabilidade e amplitude das informações, a combinação dessas fontes permite uma percepção do quadro social brasileiro e a leitura da educação a distância no país. As fontes serão analisadas de forma a identificar o que realmente pode ser esperado da EaD em termos de retorno social.

Como recorte, optou-se por focar a realidade do país em termos de Ensino Superior, a fim de transmitir maior clareza nas comparações. Esta é uma pesquisa de caráter bibliográfico, constituída a partir das proposições teóricas de Moore (2008) e Rummert (2006). A escolha desses autores se deu pela clareza e objetividade de suas ideias. O desenvolvimento da pesquisa se divide nos seguintes momentos: abordagem teórica dos objetos de estudo; indicadores sociais e educacionais do Brasil; educação a distância no Brasil; limites e possibilidades da EaD em termos de inclusão social; e considerações finais.

1. Abordagem Teórica: EaD e Inclusão Social

A presente abordagem tratará dos termos educação a distância e inclusão social. Ao se referir à educação a distância, ou simplesmente EaD, não há maiores problemas quanto a sua definição. O mesmo não se verifica em relação ao termo inclusão social. Por uma questão de delimitação e clareza, o entendimento que se segue de ambos os termos é o que norteará essa pesquisa.

Usualmente, educação a distância refere-se à mediação tecnológica, flexibilidade de horários, estudo construtivista e separação física e temporal entre aluno e professor.¹

¹ A EaD surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX. A ampliação das redes ferroviárias, a confiabilidade dos serviços postais e a boa aceitação por parte das instituições, permitiram o desenvolvimento do denominado estudo por correspondência. Segundo Moore (2008, p. 27), a principal motivação dos educadores envolvidos foi proporcionar instrução aqueles que de outra forma não poderiam se beneficiar dela. A partir de 1990, a popularização do computador e da internet consolidou a propagação da EaD com a proposta de um ambiente interativo e troca de informações em tempo real.

Para Moore (2008, p. 2), trata-se do “aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais”.

Já o termo inclusão social deve ser entendido no contexto em que está inserido. No âmbito desse trabalho fará referência a inserção de pessoas na sociedade ao ponto de poderem usufruir dos direitos e deveres já estabelecidos pelas políticas públicas. Por ora, os principais fatores que limitam essa atuação provêm da circunstância socioeconômica, preconceitos de raça, gênero, idade, deficiência física e instrução.

Falar de inclusão social é partir do princípio, de que há, por sua vez, uma situação de exclusão. Todavia, a exemplo de autores como Rummert (2006), o binômio inclusão/exclusão não é coerente. Valendo-se do materialismo histórico dialético, a condição econômica, tanto a riqueza como a pobreza, é parte necessária do próprio sistema-capital. Nesse sentido, qualquer proposta de “propiciar a inclusão dos chamados excluídos são socialmente inócuas”, afinal “não há exclusão real no modo de produção capitalista”, todos exercem uma função específica para sua manutenção e hegemonia.

O que se pode dizer é que a chamada inclusão, na ausência de outro termo, se dá dentro das necessidades do próprio capital, denominada pela autora como “inclusão consentida”, quando ocorre. Mesmo no âmbito dessa inclusão consentida, muitos indivíduos carecem de mecanismos que os levem a compartilhar dos benefícios sociais, políticos e econômicos da vida em sociedade.

2. Indicadores Sociais e Educacionais do Brasil

A análise dos aspectos sociais no Brasil diagnostica um país marcado pelas diferenças sociais, especialmente em termos de raça e região. A educação é apontada por muitos como o meio mais eficaz para reverter essa realidade, todavia, uma análise mais profunda revela que a própria educação reproduz um quadro de exclusão social.

Segundo Estimativas do IBGE para 2011, dos 190.755.799 de brasileiros, 16.268.197 milhões estão em situação de pobreza extrema (considerando pessoas com renda per capita mensal de até R\$ 70,00), o que equivale a aproximadamente 8,5% da população brasileira. Esse número seria menos chamativo, não fosse a constatação de algumas particularidades. A primeira delas é quanto à origem. A maior parte (59,07%) está na região nordeste, o que corresponde a 18,1% dos moradores do Estado. A mesma situação assola 6,7% dos moradores da região Norte; 4% do Centro-Oeste; 3,4% da região Sudeste; e 2,6% do Sul. Constata-se ainda a predominância de pessoas pardas como as mais atingidas pela pobreza.

As diferenças também são notadas na educação. Os dados mais recentes da educação superior no Brasil provêm da Sinopse Estatística da Educação Superior 2009, compilada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP/MEC. Concentrando a maior parte das instituições de nível superior do país (47%), a região Sudeste tem o maior número de matrículas (2.820.543). Enquanto a média nacional é um aluno para cada 30 habitantes, a região sudeste se contrapõe às

demais como a melhor colocada: um aluno para cada 28,68 habitantes. Parte dos dados levantados pode ser observada nas tabelas 1 e 2:

N.º DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM 2009 - Universidades, Centros Universitários, Faculdades, IF e CEFET (presencial e a distância)	
REGIÃO	QUANTIDADE
Norte	147
Nordeste	448
Sudeste	1090
Sul	386
Centro-Oeste	243
TOTAL	2314

Tabela 1. N.º de Instituições de Ensino Superior

Fonte: INEP/MEC 2009 – Processamento próprio

MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM 2009 Universidades, Centros Universitários, Faculdades, IF e CEFET (presencial e a distância)			
REGIÃO	PRESENCIAL	DISTÂNCIA	TOTAL
Norte	313.959	82.972	396.931
Nordeste	965.502	171.230	1.136.732
Sudeste	2.516.712	303.831	2.820.543
Sul	865.936	191.309	1.057.245
Centro-Oeste	453.787	87.252	541.039
TOTAL	5.115.896	838.125	5.954.021

Tabela 2. Matrículas em Cursos de Graduação em 2009

Fonte: INEP/MEC 2009 – Processamento próprio

Os dados acima revelam a grande disparidade existente no acesso ao ensino superior entre as regiões do país, indicada pelas diferenças na distribuição das instituições de ensino superior e o número de matrículas efetuadas entre as dependências administrativas.

A primeira vista o Nordeste estaria em uma posição privilegiada ao possuir o segundo maior número de instituições de ensino superior (448) e o segundo maior número de matrículas (1.136.732). Entretanto, não se pode esquecer que a mesma é também a segunda região mais populosa do país (53.591.197 habitantes). A primeira é o Sudeste com 80.915.332 habitantes.

Enquanto o nordeste tem um aluno matriculado para cada 47,14 habitantes, a região Sul, mesmo estando em terceiro lugar no número de instituições e matrículas, sai na frente ao possuir um aluno matriculado para cada 26,21 habitantes. Numericamente, essa desvantagem também ocorre em relação à região Centro-Oeste (um aluno para cada 25,68 habitantes) e região Norte (um aluno para cada 38,69 habitantes). Muitos outros comparativos poderiam ser realizados, porém os dados acima retratam situações suficientemente preocupantes.

A Síntese dos Indicadores Sociais 2010 (IBGE) traz uma constatação muito importante em relação às diferenças de acesso ao ensino superior, entre estudantes de 18 a 24 anos, em termos de raça ou cor. Enquanto 62,6% dos estudantes brancos estão nesse nível de ensino, apenas 28,2% dos pretos e 31,8% dos pardos estão nesse mesmo nível. Em 1999 eram 33,4% dos brancos, 7,5% dos pretos e 8,0% dos pardos. Em termos gerais, por mais que se eleve o número de graduados, a proporção que separa um grupo de outro permanece praticamente a mesma.

Apesar dessas constatações, tem-se cogitado que parte da mobilidade social dos últimos anos, deve-se ao número cada vez maior de pessoas em busca de formação, dando-lhes a

possibilidade de concorrer no disputado mercado de trabalho. Com base nos dados do PNAD 2009, por exemplo, o governo atribui a manutenção da taxa de ocupação à educação, uma vez que 43,1% da população ocupada possuíam o ensino médio completo e 11,1% o nível superior completo.

Olhando por outro ângulo, o fator educação perde peso, uma vez que o mesmo relatório traz a informação que a escolaridade dos trabalhadores continuou a subir: 10,6% da população possuíam curso superior completo (2,5 pontos percentuais acima de 2004) e 23% o nível médio (aumento de 4,6 pontos percentuais acima de 2004). A escolaridade aumentou, mas a proporção de desocupados cresceu 18,5% em relação a 2008, ao todo 8,4 milhões de pessoas. A população ocupada, cerca de 92,7 milhões, caiu de 57,5% para 56,9% no mesmo período. Certo ou não, pelos números da desigualdade social observados no país, é pouco provável que a educação dê conta de resolver a complexidade dos problemas sociais que o absorvem.

3. Educação a Distância no Brasil

A educação a distância tem apresentado um desenvolvimento vertiginoso no país. Esse crescimento foi possível em função da combinação de alguns fatores, tais como a regulamentação e criação da Universidade Aberta do Brasil - UAB.

A regulamentação foi um fator importante para o desenvolvimento da EaD no Brasil. Em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 80, oficializou a EaD como modalidade válida para todos os níveis de ensino e de educação continuada, do fundamental a pós-graduação, contando, inclusive com incentivo do poder público. Em 2005, este artigo foi regulamentado pelo Decreto n.º 5.622, caracterizando-a como “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.”

A regulamentação foi um passo decisivo para a criação da UAB em 2006, por meio do Decreto n.º 5.800, com a finalidade de “democratizar, expandir e interiorizar a oferta de ensino superior público e gratuito no país.” Destaca-se entre seus objetivos, “ampliar o acesso à educação superior pública; reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país; [e] estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância”.²

A combinação de todos esses fatores resultou em um setor em constante expansão. Segundo dados da Sinopse do INEP/2009, em todo o país são 5.115.896 alunos matriculados em cursos presenciais, um aumento de 0,7 % em relação ao ano anterior. Já em cursos de educação a distância, são 838.125 matriculados, um aumento de 13,23% em relação a 2008. Esse crescimento não se deu por acaso. Observa-se que a

² O Sistema UAB atua na articulação das universidades públicas já existentes através da modalidade a distância, articulando a criação de polos de apoio presencial em localidades estratégicas. Atualmente, essa rede é formada por 92 instituições de ensino superior, acomodando cerca de 800 polos de apoio presencial, oferta 450 cursos e atende cerca de 220.000 estudantes. A expectativa do sistema UAB é atender, até 2013, 800 mil alunos/ano. (PORTAL UAB, 2011).

fase de expansão coincide com a regulamentação da modalidade a distância no país em 2005, com a criação da UAB em 2006 e, conseqüentemente, os investimentos advindos desse projeto. O ano de 2008 foi o de maior destaque, com crescimento de 96,9% em relação a 2007. Atualmente, o país conta com 5.094 polos de educação a distância.

O desenvolvimento da educação a distância sugere continuidade para os próximos anos. Diante da necessidade de estudar esse fenômeno, as próximas páginas serão traçadas no intuito de ponderar o seu retorno social, especificamente, os limites e as possibilidades de se trabalhar essa modalidade de ensino enquanto meio de inclusão social no Brasil.

4. EaD e Inclusão Social no Brasil: Limites e Possibilidades

A ideia de que a educação é uma estratégia de intervenção social foi consagrada pelo discurso amplamente propalado nos últimos anos.³ Confundida com uma panaceia, exige-se uma postura realista sobre o que exatamente esperar da educação em termos de inclusão social. Dessa forma, cabe analisar a atuação da EaD em seus limites e possibilidades.

Para Rummert (2006), essa associação entre educação e inclusão social não procede, pois a promessa de inclusão pela educação, quando não é o caso de pouca ética, demonstra uma “ingenuidade epistemológica que não resiste à análise estrutural da realidade.” O posicionamento de Rummert se baseia em pelo menos dois argumentos e convence sobre os limites da educação em termos de inclusão social.

Primeiro: de que grande parte das iniciativas de elevação de escolaridade no Brasil, não tira a classe trabalhadora da condição de subalternidade, demandando baixo grau de conhecimento científico e tecnológico. Por esse ângulo, faz sentido a tese de que a educação está a serviço do capital, uma vez que o ensino reafirma a condição do país de consumidor de ciência e tecnologia.

Em segundo lugar, observa que entre a população economicamente ativa “a desocupação não se reduz para os que apresentam maior escolaridade, ao contrário do insistentemente anunciado”. Essa afirmação foi realizada com base na Síntese de Indicadores Sociais – 2004/IBGE, o qual informa a taxa de desocupação da população economicamente ativa, de dez anos ou mais de idade, por anos de estudo: 6%, sem instrução ou com até 3 anos de estudo, estavam desocupados; o mesmo ocorria com 9,7% dos que apresentavam escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo e com 11,3% entre aqueles com 8 ou mais anos de estudo. Ou seja, a taxa de desocupação não foi menor para o grupo de maior escolaridade.

A Síntese de Indicadores Sociais – 2010/IBGE não traz a taxa de desocupação nesse mesmo nível de detalhamento, porém é possível fazer algumas comparações semelhantes. No caso das mulheres, mesmo possuindo mais anos de estudo (média de 8,8 anos) em relação aos homens (média de 7,7 anos), seu rendimento médio alcança

³ Essa expectativa em relação à educação foi fundamentada em 1950 pelo norte-americano Theodore W. Schultz. A sua teoria do Capital Humano sustenta que a ampliação da produtividade está diretamente relacionada à qualificação do trabalho humano por meio da educação. Resultou-se em uma educação tecnicista inteiramente voltada para atender as necessidades do Capital. Ficou claro que a garantia de emprego e inserção social, tinha como premissa “adquirir educação”.

apenas 70,7% do rendimento médio dos homens. Já as mulheres com 12 anos ou mais de estudo recebiam, em média, 58% do rendimento dos homens com esse mesmo nível de escolaridade.

Há por outro lado, fatores limitadores que podem ser trabalhados. Nessa categoria, está a própria cultura que naturaliza o estado de desigualdade no acesso à educação. Enquanto esse entendimento não for desconstruído, até mesmo as melhores propostas educacionais poderão ter seus resultados dificultados. Como exemplo, cita-se a UAB, cuja distorção do princípio de universidade aberta⁴, começa pela própria legislação.

A mais recente Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996) em seu artigo 44 (inciso II) expressa a obrigatoriedade dos processos seletivos para ingresso na educação superior de forma que os cursos de graduação estão “abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo”. Nessas condições, ao questionar a UAB no sentido original da palavra, o ideal seria examinar para quem ela é aberta. A resposta é mais próxima de positiva quando se trata de cidadãos bem servidos de recursos tecnológicos e cuja formação escolar lhe permitiu angariar uma colocação satisfatória nos exames de ingresso.

Para superar essa limitação, o caminho é internalizar na cultura o entendimento de que o direito à educação independe de condições sociais, idade, deficiência física e classe social. O primeiro passo é explorar alternativas que desconstruam essa característica seletiva construída ao longo da história do país. O resultado dessa ação, por si só, não alavancará uma mudança estrutural na sociedade brasileira, afinal como colocado por Rummert (2006), essa expectativa seria uma ingenuidade epistemológica. Entre todas essas colocações, ainda assim, é possível esperar resultados na relação EaD e inclusão social (consentida), desde que associadas a outras estratégias que visem aspectos socioeconômicos, preconceitos de raça, gênero, idade, deficiência física, entre outros.

Falar de possibilidades em EaD é por em evidência o que se pode esperar de retorno social a partir dessa nova modalidade de ensino. Muitos indivíduos carecem de mecanismos que os levem a compartilhar dos benefícios sociais, políticos e econômicos da vida em sociedade. Entre as possibilidades da EaD, enfatiza-se a capacidade de atender um grande número de pessoas, alcance de zonas distantes dos grandes centros educacionais, atendimento de alunos com reduzida disponibilidade de horários e uma alternativa para portadores de necessidades especiais (MOORE, 2008, p. 21).

Quando se fala em atender um grande número de pessoas, significa que os limites das vagas de uma instituição convencional não se limita à capacidade de acomodação física de seus cursos presenciais, mas às tecnologias de informação e comunicação que sustentam o ambiente virtual de aprendizagem. Certamente, com investimentos e profissionais certificados a capacidade de atender a comunidade acadêmica se supera de forma surpreendente.

⁴ Surgida na Grã-Bretanha no final da década de 60, o termo Universidade Aberta pressupõe acesso irrestrito à educação, descartando quaisquer obstáculos como qualificação anterior, notas, exames e prazos para ingresso.

Em relação à possibilidade de beneficiar regiões distantes dos grandes centros educacionais, é demasiadamente complexa a situação das localidades com acesso incipiente à internet, o que requer a mobilização do governo e da iniciativa privada para ampliação e melhoria desse serviço. Entretanto, nas regiões onde as novas tecnologias têm chegado com rapidez, cria-se um bom suporte aos estudantes que desejam se beneficiar do ensino e qualidade dos grandes polos. Segundo Niskier (2000, p. 157), “os meios tradicionais não conseguiram nem conseguem suprir a nossa carência crônica de educação. (...) deve-se reconhecer que o país, de dimensões quase continentais, exige outras soluções, sobretudo por uma questão de justiça social.” Em relação à fala de Niskier, vale uma ressalva no sentido de que a EaD não é uma proposta de substituição do sistema de ensino presencial, mas sim de apoio a estrutura de ensino já existente, somando esforços na tarefa de formação acadêmica do país.

Quanto aos portadores de necessidades especiais, as conquistas no acesso às escolas regulares somam-se as possibilidades de formação por meio da modalidade a distância. As novas tecnologias de informação e comunicação, incluindo aquelas especialmente voltadas a esse público, como softwares e hardwares alternativos, têm servido como auxílio e conferido maior autonomia pela busca da sua formação. Enfim, uma das características mais positivas da EaD é facilitar o acesso à educação.

Considerações Finais

A viabilidade de formação de milhares de pessoas através da modalidade a distância levantou algumas problemáticas, entre elas, a discutível relação entre EaD e inclusão social. Partiu-se da hipótese de que a EaD pode colaborar em iniciativas inclusivas, entretanto não tem a força necessária para alavancar um projeto dessa magnitude. Nesse sentido, tornou-se necessário estudar os limites e as possibilidades de se trabalhar a educação a distância enquanto meio de inclusão social no Brasil, tecendo considerações em relação aos conceitos, indicadores e retorno social da Educação a Distância.

Enquanto a definição de EaD é prática e geralmente consensual, há muita controvérsia em torno do termo inclusão social. Apesar disso, é possível trabalhar com uma variante menos radical e sugerir o princípio que mesmo em um sistema econômico opressor é possível conquistar um espaço mais satisfatório. Uma ressalva: o citado “espaço mais satisfatório” não implica em uma mudança estrutural da sociedade, mas em uma melhoria verificada especialmente no âmbito individual. Ao se aprofundar nos indicadores sociais e educacionais do país, percebe-se o peso da desigualdade social em termos de raça e região. A vastidão do problema coloca em xeque os discursos que sinalizam a educação como um projeto que fará do Brasil uma sociedade menos desigual.

A análise das fontes permite a percepção do quadro social brasileiro, a leitura da educação a distância no país e identificação do que realmente pode ser esperado da EaD em termos de retorno social. A elaboração desse trabalho permitiu conhecer melhor o impacto social dessa modalidade e verificar que a EaD pode contribuir no processo de inclusão social, porém de forma associada e complementar, e não revolucionária como muito se apregoa em torno da educação.

Alguns limitadores impedem um retorno mais satisfatório da modalidade a distância, a começar pelo fato de que a educação, a serviço do capital, reafirma a condição do Brasil de consumidor de ciência e tecnologia das grandes potências. Consta-se ainda que a maior escolarização, não necessariamente garante maiores índices de ocupação ou rendimentos na sociedade brasileira. O caso mais marcante é o fato das mulheres que, embora tenham mais anos de estudos em relação aos homens, possuem rendimentos significativamente menores.

A situação, no entanto, requer identificar os problemas com maiores chances de serem trabalhados e modificados. Entre eles, identifica-se a própria cultura do país que naturalizou a desigualdade no acesso à educação. Para desconstrução desse entendimento, a EaD pode ser combinada com estratégias que abranjam aspectos socioeconômicos, origem, preconceitos de raça, gênero, idade, deficiência física, entre outros.

Estudando as possibilidades da EaD, essa se dá pela facilidade de atender um grande número de pessoas, favorecer alunos distantes dos grandes centros educacionais, oferecer uma nova alternativa de formação a portadores de necessidades especiais, somar esforços na tarefa de formação do país e ir além da capacidade física das instituições convencionais de ensino.

Fazendo um balanço entre os limites e possibilidades, sugere-se que os resultados se dão mais no nível individual, do que coletivo. Ela muda a situação do indivíduo, mas por hora, dificilmente modificará a estrutura social de uma sociedade, cuja situação de exclusão não está relacionada unicamente à educação. Isso, no entanto, não deve ser um motivo de decepção ou desânimo, afinal é aceitável que a educação, como qualquer outra iniciativa, não é uma panaceia para os problemas da sociedade. A educação é uma alternativa viável, porém desassociada de outras ações, perde o potencial.

Frente à diversidade de análises que o tema pode suscitar, o desafio foi lançado. Entre outras possibilidades de pesquisa, destaca-se a construção de referenciais de impacto social da EaD e a realidade das regiões pouco servidas de tecnologias de informação e comunicação. A expectativa é que um tema tão importante como esse para se pensar a atual conjuntura educacional seja amplamente aprofundado por professores e acadêmicos.

Referências

[1] Aluno a distância vai melhor no Enade. Folha de São Paulo de 11 de set. de 07. Disponível em: http://www2.abed.org.br/noticia.asp?Noticia_ID=331. Acesso em: 16 de jul. de 2011.

[2] Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2011.

- [3] Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso em: 06 abr. 2011.
- [4] Estimativas para 1º de julho de 2009. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/estimativa.shtm>. Acesso em 19 de mai. de 2011.
- [5] Estimativas do IBGE para 2011. Brasil tem 16,2 milhões em situação de pobreza extrema, aponta IBGE. Disponível em:
<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brasil-tem-162-milhoes-em-situacao-de-pobreza-extrema-aponta-ibge,714242,0.htm>. Acesso em 07 jun. 2011.
- [6] Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 01 ago. de 2011.
- [7] Moore, Michael G; Kearsley, Greg. Educação à distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- [8] Niskier, Arnaldo. Educação à Distância: a tecnologia da esperança. Política e Estratégias para a implantação de um sistema nacional de educação aberta e à distância. São Paulo: 2000. Edições Loyola.
- [9] PNAD 2009. Disponível em:
http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708&id_pagina=1. Acesso em 01 ago. 2011.
- [10] Portal da UAB. Disponível em:
http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1. Acesso em 10 abr. 11.
- [11] Rummert, Sonia Maria. A educação e as teses de Inclusão Social. Revista Espaço Acadêmico – n.º 58 – Março de 2006 – Mensal – ISSN 15196186. Disponível em:
http://www.espacoacademico.com.br/058/58pc_rummert.htm.
- [12] Sinopse Estatística da Educação Superior 2009. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação - INEP/MEC. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 27 de abr. 2011.
- [13] Síntese dos Indicadores Sociais 2010. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2010/SIS_2010.pdf. Acesso em 07 jun. 2011.